



# Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT – 07:** Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB – 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB – 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 058.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti. secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Domingos Carvalho, Ernani Pudell, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus e Nilton Servo (12). Achando-se em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constan-

tes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Gavellicky de Andrade, ocorrido em 08 de junho do corrente, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, à Rua Capistrano de Abreu, 62 - Boa Vista - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.06.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Francisco Gavellicky de Andrade era pessoa boníssima, tendo em sua existência angariado grande número de amigos que nesta hora não deixarão de prestar sua última homenagem. Casado com a Senhora Carmela Manfron, deixa uma filha que é casada com o Vereador Jairo Marcelino, e seu falecimento deixa entre seus inúmeros amigos e entre seus familiares uma lacuna que jamais será preenchida.

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário REQUER, seja enviado voto de congratulações, ao, hoje, Bispo João de Aviz, pela sua nomeação como Bispo Auxiliar de Vitória no Espírito Santo. A cerimônia de orientação episcopal aconteceu na Catedral de Nossa Senhora de Lourdes de Apucarana, tendo como consagrante principal o Bispo Diocesano de Apucarana Dom Domingos Gabriel Wisniewski.

Sala das Sessões, em 13.06.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Padre João Braz de Aviz, é o terceiro sacerdote de Apucarana que chega à condição de Bispo. O primeiro foi Dom Armando Círio, o segundo foi Dom Luiz Soares Vieira e agora o terceiro Dom João Braz de Aviz. O Pe. João de Aviz, trabalhou como Pároco nas paróquias de São Sebastião, em Correia de Freitas; Nossa Senhora das Dores, de Marilândia do Sul; Santíssima Mãe de Deus de Ivaiporã; Bom Jesus, de Ivaiporã; e em Apucarana e Aricanduva. Desde o dia 1º de dezembro de 1992, trabalhava na Catedral de Apucarana, para a qual foi nomeado pároco no dia 24 de dezembro de 1992. Era Professor de Teologia Dogmática

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 209/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente "Lara da Fraternidade", com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.94

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Beneficente "Lar da Fraternidade", é uma entidade civil de direito privado, com caráter assistencial, fundada em 13 de julho de 1988.

Tem como finalidade principal a de promover o bem-estar, a proteção e a integração dos idosos; Assistir a velhice desamparada e inválida.

Tem realizado exemplar trabalho na comunidade, assistindo da melhor forma os idosos carentes em sua sede, promovendo a sua reintegração social, zelando pela sua saúde, proporcionando oportunidades de algum trabalho artesanal, enfim, fazendo com que o idoso se sinta útil, respeitado e elevado por todos.

Necessita ser reconhecida de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 210/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI-Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.94

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Fundada em 22 de abril de 1978, a APMI desde então vem cumprindo com sua finalidade, protegendo e assistindo à Maternidade e à Infância, zelando pela saúde, o bem-estar e atendendo as necessidades da criança e da gestante, promovendo orientações e educando para o sadio desenvolvimento.

Para alcançar melhores meios de desenvolver o seu trabalho, solicitamos apoio de todos os Deputados desta Casa de Leis,

no sentido de aprovar o presente projeto de lei, que declara de Utilidade Pública tão importante entidade de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. e Sra. Deputada.

O Brasil hoje realmente no mundo esportivo está de parabéns. Pela primeira vez em nossa história esportiva o nosso selecionado feminino de basquetebol conseguiu uma das maiores proezas deste mundo, ou seja, ser campeão neste esporte em todo o universo. Não poderíamos nós, que somos ligados à área esportiva, deixar de registrar nos Anais desta Casa o reconhecimento do povo do Paraná através das famílias de algumas das atletas que conseguiram esse galardão ao nosso País de trazer ao Brasil esse fato inédito em todo o nosso Universo.

No início dessa competição a Comissão Técnica foi criticada pelos cortes feitos na nossa seleção e principalmente pelas atletas que eram convocadas, deixando tão somente algumas daquelas que a imprensa nacional indicava como sendo o melhor caminho a ser seguido, e a Comissão Técnica de um valor realmente identificado no propósito de ganhar o campeonato mundial foi criticada por parte da imprensa esportiva desta Nação. E agora quando vemos que aquelas críticas e que aquele trabalho sério, honesto e principalmente voltado para o interesse maior que era o título de campeão, não poderíamos nós deixar de reconhecer e registrar nos Anais da Casa, através de um voto de louvor à Federação Brasileira de Basquetebol, às nossas atletas e principalmente à Paula e Hortênsia que foram as principais estrelas deste campeonato e dessa seleção e fazer com que aquela Comissão Técnica que foi criticada, agora é reconhecida por aqueles que a criticaram.

Sabemos que a imprensa realmente é livre, mas a imprensa às vezes e principalmente neste caso da seleção brasileira de basquetebol, agora aquele crítico nacional desse esporte teve que reconhecer que realmente ele estava equivocado e que aquelas atletas convocadas deram mostras na quadra, deram mostras quando envergaram a camisa da seleção brasileira não era aquilo que ele identificava nos seus comentários. E hoje o Brasil todo está realmente satisfeito porque apesar da crítica elas mostraram na quadra que às vezes não é a imprensa que ganha e sim o jogo que ganha e quem ganhou o título para o Brasil foram as jogadoras da seleção de basquetebol que saíram do Brasil, criticadas, que

saíram do Brasil pelos analistas esportivos de basquetebol como que não chegariam ao 4º lugar e trouxeram o primeiro lugar a todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o reconhecimento da família paranaense através desta Casa maior de leis deste Paraná para que fique testemunhado que realmente as críticas às vezes até são benéficas como foi neste da seleção do Brasil.

Parabéns ao Brasil. Parabéns aos esportistas de basquetebol de todos os níveis e parabéns, principalmente, aos dirigentes que mesmo criticados fizeram a sua posição, foram até o fim e voltaram campeões do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pequeno Expediente. Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Em dezembro do ano passado enviei um ofício ao então Secretário de Transportes solicitando a concessão imediata de equipamentos de proteção individual para a proteção à saúde dos trabalhadores do DER, principalmente aqueles que trabalham em locais insalubres, ou perigosos.

Também em dezembro de 93 esta Casa votou um projeto de lei aonde estabelecia os parâmetros legais para a concessão e a identificação de locais insalubres e perigosos. Primeiro a identificação, feita essa identificação tentaria-se tirar o agente nocivo à saúde do trabalhador; e se impossível isto, pagar a esses trabalhadores os índices de insalubridade e periculosidade.

Também em dezembro de 93 enviei ofício ao então Secretário cobrando o cumprimento do decreto 3002 que estabelece os critérios para concessão de refeições ou vale-refeições para esses trabalhadores do DER. Transcorrido um determinado tempo chegou a resposta do Senhor Secretário de Transportes. Diz que onde o DER tem possibilidade, aonde é feito o acampamento a alimentação é feita em cozinha própria. Diz também a resposta que desde a publicação do decreto estadual 3002 o Governo do Estado vem cumprindo com a concessão de 15 e 30% do valor em ressarcimento a títulos e diárias sem comprovação para aquisição de gêneros alimentícios. Responde também o Senhor Secretário que os servidores enquadrados nesse benefício optam por adquirirem os gêneros alimentícios e cozinham no local do acampamento, ou então providenciarem marmiteiras nos restaurantes mais próximos. De posse dessas respostas fui até o sindicato da categoria, passei para

eles a resposta e leio qual foi o outro lado, ou seja, ouvindo o lado dos trabalhadores. Diz o sindicato (L&):

"SINDER - Sindicato dos Servidores Públicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná

Londrina, 25 de abril de 1994.

Ilmo.Sr.

Deputado Estadual

Florisvaldo Fier - PT

Curitiba- PR

Em relação a justificativa do DER sobre o decreto 3002, diárias para pessoal de trecho temos a considerar:

1) O decreto é bastante explícito, os valores de 15% ou 30% deve ser repassado AO SERVIDOR e não pelas unidades administrativas, suas chefias ou a terceiros, para comprar gêneros alimentícios.

2) Os valores devem ser repassados todos os dias em que o servidor vai para o trecho, no entanto, a maioria dos servidores não receberam nada até agora, tem que levar marmitta de casa.

3) Alguns distritos repassaram apenas 5 ou 10 diárias, no período de 28 de janeiro à 20 de abril, no entanto já fariam já mais de 50 diárias.

4) O DER não tem concedido a segunda via do recibo das diárias, embora os cheques serem nominais.

5) Ressaltamos que ao nosso entender se os valores estão sendo repassados às equipes (responsável), como alega o último parágrafo do ofício do DER, os mesmos não estão chegando aos servidores, portanto, alguém está usando a verba de maneira ilegal e irregular.

Rosinha, existe uma cultura dentro do DER, de fazer 'quebra galhos', com as diárias, recheados de ilegalidades, má-fé, abuso de autoridade e irregularidades.

Dado a falta de cultura, esclarecimentos, grau escolar baixo, (maioria semi-analfabetos), e formação humilde dos servidores braçais e operários qualificados, acontecem muitos dos seguintes casos:

1) Muitos assinam recibos em branco;  
2) Assinam recibos de diárias, mas não recebem nada;

3) Assinam recibos com um valor maior do recebido;

4) Se alguém se recusa a assinar é pressionado a assinar, sob pena de não receber mais diárias."

Nós que presidimos uma CPI na Polícia Militar, vivemos durante aquele processo uma série de acusações de uso irregular de diárias.

Parece que o uso irregular de diárias, a falta de comprovação ou assinatura em branco de recibos de diárias não faz parte, somente da Polícia Militar, parece que é praxe em todo o Governo, e no caso espe-

cífico está colocado na Secretaria dos Transportes como um dos locais.

Queremos dizer aos Senhores Deputados que de posse desse relatório do Sindicato nós fomos visitar algumas regiões de trabalho em que tenham setores do DER, estivemos em União da Vitória e Palmas e constatamos que os trabalhadores estão sendo conduzidos em cima de caminhões, sem as ferramentas estarem dentro de malas, ou seja, as ferramentas estão soltas, qualquer fredda pode alguém ser ferido com uma ferramenta dessas.

Há caminhões que transportam servidores do DER que o assoalho está quebrado, podendo inclusive, algum trabalhador cair de cima desse caminhão através desse buraco no assoalho.

Os trabalhadores não têm um uniforme completo para ficar na beira da estrada, podendo ser vítima de acidentes de trânsito.

O ambiente de trabalho muitos deles são insalubres, ou são perigosos para o trabalho, apesar desse parlamento ter aprovado a Lei em dezembro sob a argumentação da liderança do governo que exigia urgência na Lei porque disseram que tinha que ser colocada em prática imediatamente, até hoje esses ambientes de trabalho não foram submetidos à perícia como deveria ter sido feito, e após a perícia eliminar o agente nocivo ou pagar a insalubridade ou periculosidade ao trabalhador em perigo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência passa a usar o Horário da Liderança do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A alimentação desses trabalhadores contraria o que está sendo dito ou respondido pelos órgãos da Secretaria dos Transportes, porque nós verificamos nos locais de trabalho, muitos desses trabalhadores continuam levando alimentação de casa, sendo um servidor público do Estado bôia-fria, uma vez que ele leva a sua marmita e passa a aquecer esses alimentos nos locais de trabalho.

Estamos aqui em nome do Partido dos Trabalhadores para cobrar do Governo que altere essa situação.

Alegaram em dezembro a nós Deputados, que a Lei tinha que ser votada assim como ela chegou, porque não havia tempo para discutir, debater a Lei de Insalubridade e Periculosidade, porque havia necessidade urgente de os trabalhadores serem reembolsados por essas condições de trabalho.

Entendemos que todo ambiente de trabalho hoje no Estado tem que ser submetido a uma perícia, perícia essa do próprio órgão do Estado, uma vez que não dá para ser feita pela Delegacia Regional do Trabalho

que lá já tem os seus peritos.

Se o Governo do Estado retardar essa perícia como está acontecendo, muitos trabalhadores estão submetidos a riscos de vida, a riscos de saúde, podendo sofrerem algumas doenças do trabalho ou até mesmo morte por acidente de trabalho.

Acidentes é o que não tem faltado, conforme relato das lideranças dos trabalhadores do DER. Há caso de pneu que estourou quando o borracheiro fazia o seu trabalho e hoje está com uma série de deficiências não podendo e não conseguindo trabalhar.

Há ambientes insalubres, seja por ruído, seja por produtos químicos ou mesmo ambientes perigosos devido a depósito de combustíveis.

Esta perícia deve ser feita com urgência e nós do Partido dos Trabalhadores cobramos esta urgência, urgência na execução que aprovada em dezembro, até agora não está sendo colocada em prática.

Também cobramos a reformulação desta lei, uma vez que, mesmo tendo sido aprovada em dezembro, naquela ocasião já alertávamos porque era uma lei antiquada, uma lei que não atende as necessidades hoje dos trabalhadores, uma vez que produtos químicos novos entraram no mercado e não são registrados nas normas regulamentadoras 14 e 15, que são as duas normas que o projeto de lei do Governo estabelecia como parâmetro para fazer a sua perícia.

Então nós do PT denunciemos as condições de trabalho desses trabalhadores e denunciemos que tal lei não vem sendo cumprida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem oradores no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PP concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos da crise política que atingiu nosso País recentemente com as denúncias, com os escândalos de corrupção no orçamento do Congresso Nacional. Isto faz com que a imagem dos homens públicos se polarize e, às vezes, atingindo até mesmo os políticos sérios que têm responsabilidades acima de tudo com os seus eleitores, com o seu País e com o seu Estado.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cabe também aos políticos responsabilidade de mostrar ao povo os verdadeiros picaretas da política brasileira, os verdadeiros oportunistas dos poderes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agüentei calado durante muito tempo, mesmo sabendo da vergonha que existia na Prefeitura de Cianorte através do ex-Prefeito, Sr. Edno Guimarães. Esperei para que o tempo fosse responsável e que a justiça em que tanto acredito, na justiça que deve fazer justiça e punir os irresponsáveis do Poder Público, assim como a Justiça já se pronuncia da vergonha dos escândalos proporcionados pelo ex-Prefeito de Cianorte, o Sr. Edno Guimarães.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já está chegando ao Ministério Público do Paraná, Promotoria de Justiça da Comarca de Cianorte, Ofício nº 090/94 (Lê):

"Cianorte, PR, 08 de junho de 1994  
DO: Promotor de Justiça Ramatis Fávero  
AO: Exmo. Sr. Dr. Procurador de Justiça Munir Gazal

Digníssimo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Promotores de Proteção ao Patrimônio Público  
ASSUNTO: Remessa de Documentação (faz)

Conforme contato telefônico tido com o Exmo. Sr. Dr. Promotor de Justiça Ney Zan Lorenzi, encaminho a V.Exa. documentação recebida do Exmo. Prefeito Municipal de Cianorte-PR., nesta Comarca, donde tomamos conhecimento de Relatório exarado pela EMBRACON, quando de auditoria realizada nos procedimentos administrativos tomados pelo Poder Executivo Municipal, no exercício de 1992, que constatou inúmeras irregularidades, apontando-as.

2. Outrossim, ainda, encaminho cópia dos Ofícios nºs. 293 e 294/94, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, Instruções 1362/94, 2926/94 e 3329/94, bem como, da Resolução 4194/94, tudo acerca de irregularidades cometidas pelo antecessor do atual prefeito de Cianorte.

Colocando-me a disposição para esclarecimentos suplementares que eventualmente se façam necessários, renovo a V.Exa. meus protestos de consideração e apreço.

(a) RAMATIS FÁVERO  
Promotor de Justiça"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é a situação que Cianorte viveu durante um período; um período de dificuldades, principalmente pelo atual Prefeito quando esbarrado pelas verbas do Governo estadual e federal, por não possuir uma certidão negativa do Tribunal de Contas do Paraná.

Estes são os homens que querem passar pela opinião pública como homens que têm responsabilidade na vida pública. Estes são os verdadeiros irresponsáveis da administração, verdadeiros picaretas da política, denegrindo a imagem dos homens de bem que fazem parte da vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos além. Já havia uma denúncia do Ministério Público da Promotoria de Justiça da Comarca de Cianorte no dia 05 de janeiro de 1993, da Promotora de Justiça Dra. Margareth Mary Pansolin Ferreira, ao Sr. Delegado de Polícia da Comarca de Cianorte. (Lê):

"ASSUNTO: Abertura de Inquérito Policial

Nos termos dos artigos 5º, II e 13, II do Código de Processo Penal e, 15, I, da Lei Complementar Federal nº 4081, venho pelo presente requisitar de Vossa Senhoria a instauração de inquérito policial, para apurar a prática de eventual crime de apropriação indébita, cometido, segundo "notitia criminis" (anexa) por Edno Guimarães e Jorge Silvestre da Silveira, o primeiro prefeito municipal e o segundo funcionário público municipal, quando exercentes destes cargos junto ao Município de Cianorte-PR.

Finalmente, aproveito a oportunidade e renovo-lhe meus protestos de consideração.

(a) MARGARETH MARY PANSOLIN FERREIRA  
Promotora de Justiça Designada

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cianorte-PR.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte, entidade sindical de 1º Grau, pessoa jurídica de direito privado, com sede à rua Ipiranga, 336, sala, 08, em Cianorte-PR., por seu advogado no final firmado, (procuração anexa), vem, nos termos da Legislação Processual Penal em vigor, ajuizar a presente

'NOTITIA CRIMINIS'

contra Edno Guimarães, brasileiro, casado, prefeito municipal de Cianorte, residente e domiciliado à rua Guararapes, 171, em Cianorte-PR. e

contra Jorge Silvestre da Silveira, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado à av. Paraná 184, em Cianorte-PR., pelos fatos que passa a descrever:

1 - DOS FATOS:

Que através da Lei Municipal nº 1.267/90 de 11 de setembro de 1990, foi instituído o Regime Jurídico Único, deixando os funcionários de pertencerem ao Regime da C.L.T.;

Que pela Lei nº 1.367/91, de 21 de outubro de 1991, foi criada a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte, (CAPSECI); que em seu artigo 40, I, prevê:

Art. 40 - São receitas da CAPSECI: I - a contribuição mensal, obrigatória, contida no artigo 172 da Lei nº 1.267/90 (regime jurídico único);

Tendo o artigo 172 da Lei nº 1.267/90, sido alterado pelo Artigo 51 da Lei nº 1.357/91, que passou a ter a seguinte re-

dação:

Art. 51 - Ficam reduzidos os percentuais constantes do artigo 172 da Lei Municipal nº 1.267/90, de 11.09.90, conforme especificação abaixo:

- a) 6,5% até três (03) referências;
- b) 7,0% de três (03) a cinco (05) referências;
- c) 8,0% acima de cinco (05) referências;

Assim como a Lei nº 1.397/92 de 19.02.1992, alterou o parágrafo segundo do Artigo 40 da Lei nº 1.367/91, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - As contribuições previstas no Inciso I, serão recolhidas em estabelecimento oficial de crédito até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, caso contrário, aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e atualização monetária em conformidade com os índices oficiais estabelecidos para correção dos débitos fiscais devidos à União.

O Artigo 53 da Lei Municipal nº 1.367/91, arremata:

CONSTITUI CRIME:

I - de apropriação indébita a falta de recolhimento na época própria, de contribuição ou outra importância devida à CAPSECI e arrecadada dos servidores, punível na forma da Lei Penal considerando-se pessoalmente responsável o dirigente do órgão ou entidade da Administração Municipal.

Que até o mês de junho/92, os réus fizeram os descontos das contribuições previstas em salário dos servidores municipais e recolhiam na época própria à CAPSECI; acontece, porém, que nos meses de julho/agosto/setembro/outubro e novembro/92, os réus fizeram os descontos das contribuições e não fizeram o recolhimento para a CAPSECI;

Que as quantias descontadas em folhas mais multa perfazem um total de aproximadamente Cr\$ 470.000.000,00 e que determinaram que fosse depositado no BANESTADO S/A., agência de Cianorte-PR., apenas a quantia de Cr\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de cruzeiros) e retendo, indevidamente, a diferença, praticaram o crime de apropriação indébita, prevista no art. 53 da Lei Municipal, nº 1.367/91 e artigo 168 do Código Penal.

Em face do exposto, tendo os Réus infringido os artigos acima e tratando-se de ação penal pública, requer, a V.Exa., que após a oitiva do Ilustre representante do Ministério Público, seja instaurado o competente inquérito Policial, a fim de ser apurada a responsabilidade penal dos Réus, e, obedecido, em Juízo, o procedimento para os crimes apenados com pena de

reclusão sejam estes condenados na forma de Lei.

Espera deferimento.

Cianorte, 30 de dezembro de 1992.

(a) SALVADOR PERES PERES

OAB-PR 8.569

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1 - José Antonio Lesta, brasileiro, casado, funcionário Público Municipal e
- 2 - Maria Domingas Manfrinato, brasileira, casada, funcionária pública municipal, todos residentes nesta cidade e podendo serem encontrados na Prefeitura Municipal, sito à Av. Santa Catarina, 731, em Cianorte-PR.

PROCURAÇÃO 'AD JUDICIA'

Outorgante (s): Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Ipiranga, 336, em Cianorte/PR, neste ato representado por seu Presidente Sr. Alcides Marin, brasileiro, solteiro, sindicalista, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 116, zona 01, em Cianorte - Paraná, nomeia e constitui seu bastante procurador, o advogado: Salvador Peres Peres, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR, sob nº 8.569, no CPF/MF sob nº 023.350.699-34, com escritório profissional à Rua Ipiranga, 336, sala 08, Edifício Adri, fone (0447) 22.2161, na Cidade e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com a finalidade de ingressar em juízo com uma 'notitia criminis', contra Edno Guimarães e Jorge Silvestre da Silveira, brasileiros, casados, Prefeito Municipal e Diretor de Finanças do Município de Cianorte, respectivamente e residentes e domiciliados à Av. Paraná, 184 e Rua Guararapes, 171, nesta cidade, porque nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro/92, fizeram o desconto em folha de pagamento dos funcionários municipais de Cianorte, nos percentuais de 6,5%, 7,0% e 8,0% referentes à previdência municipal e que deveriam ter sido depositados para a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte e que tais quantias com multas e correção monetária até a presente data perfaz um montante de CR\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros) e que no dia 30.12.1992, fizeram o depósito de apenas CR\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de cruzeiros), que pelas funções que ocupam a retenção indevida, caracterizada pelo não recolhimento na época própria da importância devida à CAPSECI, como crime de apropriação indébita prevista no artigo 168 do Código Penal c/c, artigo 53, I, da Lei Municipal 1.367/91.

Têm conhecimento desses fatos: José Antônio Testa e Maria Domingas Manfrinato.

Cianorte, 30 de dezembro de 1992.



(a) Pelo Sindicato - ALCIDES MARIN  
Presidente

Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS  
Ofício nº 1.324/93-DCM  
Curitiba, 15 de dezembro de 1993.  
Senhor Prefeito,

Tendo em vista o constante do protocolado nº 38.216/93, deste Tribunal, que trata de Relatório de Auditoria procedida na Prefeitura desse Município, encaminhado por Vossa Senhoria, relativo ao exercício de 1992, de responsabilidade da administração finda em 31 de dezembro de 1992, permito-me solicitar a Vossa Senhoria providências no sentido de dar conhecimento ao ex-Prefeito, mediante entrega de cópia da integralidade do sobredito relatório, encaminhando-se a este órgão, comprovação de que o mesmo foi devidamente notificado.

A medida é necessariamente obrigatória, em decorrência do contraditório previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Fica fixado o prazo de 15 (quinze) dias para o encaminhamento a este Tribunal, das justificativas pertinentes. Apresento a Vossa Senhoria as minhas saudações.

(a) DUÍLIO LUIZ BENTO  
Diretor

Ao Ilmo. Sr.  
Jorge Moreira da Silva  
Prefeito Municipal de Cianorte  
CIANORTE - PARANÁ"

E aqui está claro, nitidamente, que a denúncia feita pelo Ministério Público, comprova que era descontado na folha de pagamento dos funcionários municipais de Cianorte, mas que não era recolhido nas contas da Associação. Isto é crime, é roubo e é um assalto Senhor Presidente! Deputado Mário Bezerra, Vossa Excelência que tem participação também como representante do Município de Cianorte, não quero que leve como responsabilidade de vossa parte por ter apoiado este homem como candidato a prefeito de Cianorte. Mas cabe a Vossa Excelência Deputado Mário Bezerra, a somar conosco e mostrar à população de Cianorte que, infelizmente, vivemos num período de vergonha e de responsabilidade administrativa pelo seu Edno Guimarães ex-prefeito de Cianorte.

Quero reafirmar a minha confiança no Ministério Público e a minha confiança na Justiça do Paraná, porque não podemos permitir que esses picaretas da administração pública possam andar soltos sem ser punidos, a cometer as injustiças e as irregularidades com o dinheiro do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio no Horário da Liderança do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao homem está que angustiado, ao homem que está preparado e ao homem que quer trabalhar pelo Estado do Paraná. Este homem começa a preparar os novos caminhos deste Paraná. Este homem começa na discussão com lideranças políticas de todo o Paraná, começa a preparar um plano de governo que vai recuperar o Estado que, lamentavelmente, se encontra na estagnação já mais de 12 anos. E este homem chama-se Jaime Lerner!

E quando falo isso, falo com uma condição de quem o acompanhou já, na gestão anterior, à Prefeitura de Curitiba. E quem testemunhou cinco mil obras, numa cidade em que não teve apoio de Governo de Estado, e que não teve apoio do Governo Federal.

Este homem está preparado sim e hoje pela manhã no Parque Barigüi quando reunidos os candidatos a Deputados Estaduais, Federais, Senadores, quando o novo Governador do Paraná mostrou parte da sua programação e do seu plano de Governo todos saíram entusiasmados e lá estava a nossa futura vice-Governadora, a Deputada Emilia Belinati, todos pudemos testemunhar a vontade ferrenha que tem Jaime Lerner de governar o Estado do Paraná.

Nos últimos anos o Paraná empobreceu e chamado durante décadas de Celeiro do Brasil, assim o Paraná se tornou o sétimo Estado mais miserável do País com um milhão e oitocentos mil paranaenses que não ganham o suficiente para comer e não encontram oportunidade de trabalho. Dezenas de milhares de paranaenses perderam seus empregos. Outras dezenas de milhares de postos de trabalho foram extintos. Nossas estradas antes entre as melhores do País se esburacaram por falta de conservação. Na educação, em grande parte dos municípios sobram vagas nas escolas, mas faltam professores.

Em outros municípios há professores e vagas nas escolas, mas falta transporte para os alunos. Na saúde faltam postos de atendimento, leitos nos hospitais e medicamentos para suprir necessidades de todos os paranaenses. Nas nossas cidades, onde vivem hoje 73,36% dos paranaenses, a segurança diminuiu e a criminalidade cresceu.

É possível reverter essa situação. Para isso é preciso que gente competente assuma, com o apoio dos paranaenses, o Governo do nosso Estado. O Paraná precisa de um Governo honesto, criativo, transformador, que invista no desenvolvimento de



cada região e na geração de empregos para todos os paranaenses, Jaime Lerner fará com o seu apoio, com o apoio de cada um dos paranaenses, certamente esta transformação que o Estado do Paraná precisa.

E quando digo isto, Srs. Deputados, é porque ontem ao participarmos de mais uma "Festa da Laranja" no Município de Cerro Azul, região do Vale da Ribeira, é para mostrar o descontentamento do povo do Paraná e daquela região em relação ao atual estado em que se encontra aquele município, aquela região do Vale da Ribeira. Há doze anos se promete uma estrada, ou mais, há quase quarenta anos se promete uma estrada, um asfalto, e a estrada está lá, só que o asfalto até agora não chegou ainda. Aliás, candidato a Governador, do Estado, com apoio do Governo, chegou de helicóptero ontem àquela cidade e encontrou a resistência da população que lá estava com faixas pedindo às autoridades presentes o asfalto tão prometido.

A cada "Festa da Laranja", alguém do Governo vai lá e promete o asfalto. Ontem, como não havia outra alternativa, prometeram que hoje, na segunda-feira, amanhã, faremos uma nova licitação para o asfalto. Mais uma promessa que se faz de palanque. E ontem cobramos em palanque, com a presença de todos que lá estavam, os candidatos que são do Governo, cobramos publicamente na frente de cada um deles, a promessa em cada "Festa da Laranja".

E o ex-Governador Roberto Requião, como não era de se esperar coisa diferente, esbravejou, perdeu até as estribeiras, porque aí quis comparar o problema da estrada com os problemas de Curitiba e foi vaiado, foi xingado até por certas pessoas. E quando ele falava em "Panela Cheia" e para demonstrar que a panela do paranaense está tão vazia, uma das moças que lá segurava a faixa pedindo o asfalto, chegou a desmaiar, provavelmente enfraquecida pela panela que não está tão cheia assim.

Esta foi a realidade que encontramos ontem lá em Cerro Azul. São sessenta e poucos quilômetros somente que ligam o Vale da Ribeira, que vão recuperar uma região esquecida por quase todos os Governos que passaram pelo Paraná, à exceção de Jaime Canet, que prometeu fazer a estrada e fez. Só que outros prometeram fazer o asfalto e o asfalto até hoje não chegou. E o Deputado Erondy Silvério é testemunha disso, quantos anos Líder Político daquela região, sabe da grande dificuldade que tem o povo daquela região para poder sobreviver, e para poder evidentemente encontrar alternativas de melhores condições para poderem sobreviver.

E nesta Casa, desde que aqui cheguei uma das primeiras lutas minha foi para pe-

dir o asfalto. Aqui já mostrei nesta Casa o abaixo-assinado com quase dez mil assinaturas colhidas em Rio Branco do Sul até Cerro Azul, com Requerimento encaminhado por essa Mesa aqui, e até hoje não encontramos ainda eco por parte das autoridades. Aliás, encontramos sim ontem a promessa mais uma vez de que hoje, nessa segunda-feira, seria aberta uma nova licitação para fazer o asfalto de Cerro Azul.

Mas lá está, o povo não esquece as promessas dos políticos, e na festa da laranja passada o irmão do ex-Governador Roberto Requião prometeu que neste ano chegariam lá pelo asfalto; chegaram de helicóptero porque asfalto ainda não está na estrada. E ontem o candidato a Governador apoiado pelo Governo, o ex-Governador, falou que não voltará mais em Cerro Azul a não ser pelo asfalto. Tenho certeza que o Jaime Lerner fará esse asfalto.

Venho à Tribuna também Sr. Presidente para registrar mais uma pesquisa que sai em relação a campanha eleitoral deste ano. É a pesquisa feita pela "Vox Populi", publicada pelo "Jornal do Brasil" de ontem, traz agora, já ainda sem o nosso candidato estar em uma campanha efetivamente pelo Governo ainda. Ainda está preparando o seu plano de Governo, está apenas fazendo visitas, já mostra aqui o resultado realmente extraordinário: Jaime Lerner 41% e Álvaro Dias 41%. Mas há um dado muito mais importante nessa pesquisa aqui: é aquela que fala da rejeição dos candidatos. E aqui está: "Álvaro Dias, 20% de rejeição e Jaime Lerner 6%".

Então, faço aqui a pergunta: quando terminava seu governo, o ex-Governador Álvaro Dias falava que tinha 80% do apoio da população paranaense. Em menos de quatro anos, já perdeu, portanto, aproximadamente 2 milhões de votos, porque os números estão aqui nesta pesquisa e em tantas outras que virão ainda na continuação.

Queria registrar aqui essa pesquisa em que os candidatos do PP, Álvaro Dias e PDT, Jaime Lerner, estão rigorosamente empatados com 41% das intenções de voto na disputa pelo Governo do Paraná, segundo última pesquisa da "Vox Populi". Os dados mostram que Dias e Lerner racham ao meio o eleitorado paranaense. Jorge Samek do PT, terceiro mencionado pelos entrevistados, com apenas 1%, ocupando faixas sócio-econômicas opostas.

Um outro dado aqui da campanha, diz que o candidato do PP é líder no eleitorado rural, analfabeto e pobre. E o do PDT vence na faixa urbana. Ainda um outro detalhe, também aqui na continuação: "Dias é preferido entre os eleitores da zona rural: 57%; analfabetos: 50%; com renda até três salários mínimos, 47%." Nessas três

faixas Lerner tem índice de 24%, 26% e 27%, respectivamente. O candidato do PDT vence Dias entre os eleitores urbanos: 45 e 37; no nível do 2º grau a superior: 60% a 25% e com renda superior a 10 salários mínimos: 53% a 33%. Dias perde para Lerner também na rejeição: 20% contra 6%.

Aí está portanto, já uma radiografia do que começa a mostrar esta campanha eleitoral, a projeção do nosso candidato, a partir do momento que o Jaime começa a viajar pelo interior, a campanha tão logo ela comece a ser colocada realmente nas ruas, nas estradas desse Paraná afora, certamente com as propostas mostradas hoje pelo nosso candidato, não temos a menor dúvida que haveremos de vencer essa eleição ainda no primeiro turno.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Pedi um aparte ao ilustre Deputado Algaci Túlio, mas lamentavelmente, devido ao horário, não me cedeu. Mas, só que eu gostaria de registrar que a pesquisa não foi lida na íntegra, conforme o Deputado anunciou na tribuna, que aqui está: 57% da preferência ao Governador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças. PTB com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero dizer a Vossa Excelência que sou respeitador de horário, por isso ocupei a vice-Presidência da Assembléia por dois anos. Em segundo lugar, não fui mentiroso quando li, na íntegra, o que está na pesquisa, com todos os números, todos os dados aqui colocados.

Então, portanto, não confere a informação do Deputado Dirceu Manfrinato: 41 a 41. Os 57% eu falei aqui, falei que na zona rural o candidato do PP tem 57%, não deixei de citar isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência informa aos nobres Deputados Algaci Túlio e Dirceu Manfrinato, que este assunto não encontra respaldo regimental para amparar uma solicitação de Questão de Ordem.

PTB com a palavra. (Declina).

PFL. (Declina).

PMDB. (Declina).

Liderança do Governo com a palavra.

(Declina).

Passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Dufflio Genari, constantes do expediente. Ne-

Caritiba, segunda, em 13.06.94

cessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que cria o Conselho Estadual de Turismo, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.E.C.E. E C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI Nº 214/93 EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

Art. 1º - O Art. 5º, § 2º passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 5º - ...

§ 2º - A duração do mandato dos componentes do Conselho será de dois anos, não podendo o Conselheiro nomeado continuar como tal se expirado o mandato a frente do órgão que esteja representando na entidade,...

Sala das Sessões, em 13.06.94

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães, Colombino Grassano, Hermas Brandão, Dalton Machuca.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para que a Emenda seja analisada.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que determina que as empresas de ônibus concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais, no Estado do Paraná, mantenham a bordo de seus veículos, bebedouros ou filtros com água potável, copos descartáveis, e banheiro, desde que o percurso da linha seja superior a 100 Km. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P..

Sobre o referido Projeto, Emenda Modificativa Corretiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Srs. Deputados Rossoni e Mário Bezerra, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI Nº 425/93 EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO Nº 01

O artigo 1º do Projeto de Lei nº

425/93, passa a vigor com a seguinte redação e acrescido de parágrafo único.

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, estabelecer critérios para que as empresas de ônibus concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais no Estado do Paraná, equipem seus veículos com bebedouros ou filtros de água potável, copos descartáveis e banheiro, desde que o percurso da linha seja superior a 100 Km.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará o disposto no "caput" deste artigo, num prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei."

Sala das Sessões, em 13.06.94

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Rossoni, Mário Bezerra e uma ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa dotar o Poder Executivo de instrumento legal, para regulamentar a autorização de que trata o presente projeto de lei.

É notório que os serviços de transporte coletivo, apresentam peculiaridades e devem ser analisadas globalmente.

Neste sentido, esperamos contar com a aprovação dos Senhores Deputados.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

#### ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que determina a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autárquica, nos municípios de origem. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 46/93 de 11.05.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 177/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, objetiva determinar a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autarquias, nos municípios de origem.

Analisando o projeto, notamos não constar nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional para a sua normal tramitação dentro dessa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 177/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade determinar a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autárquica, nos municípios de origem.

A matéria já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Obras Públicas, e no âmbito da Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PROJETO DE LEI Nº 177/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva determinar a reaplicação integral dos lucros advindos da arrecadação de empresas da administração direta, indireta ou autárquica, nos municípios de origem.

O presente projeto, tendo sido relatado na Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, analisando-se a matéria, verificamos que o mesmo não possui qualquer óbice quanto a sua tramitação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua tramitação e posterior aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada, esse projeto que é encaminhado, nº 177/93, é para sanar um problema que vejo, principalmente na cidade que represento, Ponta Grossa, enfim, os demais municípios do Paraná, que vêm uma empresa como a SANEPAR arrecadar recursos dentro da cidade e aplicar esses mesmos recursos em outros municípios, e com isso pretende-se sanar esse problema para que as cidades que ali são arrecadados, ali sejam aplicados.

Temos uma deficiência na Cidade de Ponta Grossa na rede de esgotos num percentual muito alto e com isso a gente pretende que o que for arrecadado lá seja aplicado lá, e seja devolvido em obras pa-

ra os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nós do PT estivemos analisando esse projeto, ele pode estar pautado em cima de boas intenções, mas não vem resolver os problemas do nosso Estado.

Como entendemos que o Brasil tem vários Estados e deve atuar como uma Federação, um Estado ao constituir seus municípios também deve ter o mesmo parâmetro. Se um município está, entre aspas, rendendo mais em determinada fonte de recursos e rendendo menos em outra, pode existir município vizinho em condições diferentes aonde tenham uma maior arrecadação dessa ou daquela administração direta ou estatal.

Há que ter um equilíbrio de investimento entre os vários municípios do Estado.

Até vamos dar um exemplo na área de saneamento. Se formos analisar a questão do dengue para o qual não há fronteiras, e o saneamento tem que ser distinto de maneira que não se respeite fronteiras para sanar esta epidemia, não tem por que ficar limitado o reinvestimento naquele município.

Então, se o projeto tem boas intenções, ele tem que ser muito mais debatido, muito mais amplo, do que ser linear, feito de cima para baixo, Deputado Plauto.

Há que se fazer um debate no sentido de se ter um equilíbrio. Há que existir também solidariedade entre os municípios mais avançados, mais ricos em relação aos menos avançados e menos ricos.

Então, nesse sentido, nós do PT votaremos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei nº 177/93.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Ritti) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 28

Curitiba, segunda, em 13.06.94

Srs. Deputados responderam à chamada. Há quórum para deliberação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto 177/93 queiram levantar-se. Oito Deputados aprovam. **Está rejeitado.**

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. nº 127/93, de 21.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 520/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, autoriza o Governo do Paraná a celebrar convênio com Prefeituras Municipais, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito.

No aspecto legal e constitucional nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
LUIZ ANTÔNIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 520/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito.

O presente recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No que se refere à competência desta Comissão só podemos enaltecer a nobre iniciativa do Parlamentar autor do Projeto, que só vem em defesa dos municípios do Paraná, tão carentes de recursos para sua sobrevivência.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 02.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 520/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente plano de lei, autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na legislação de trânsito.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 520/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 520/93, de autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando delegar-lhes competência e atribuições, transferindo-lhes serviços previstos na Legislação de Trânsito.

Verificamos que a iniciativa desta proposta, não tem qualquer impedimento à tramitação do presente.

Por esta razão, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

**Rejeitado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Doze (12) Deputados aprovam. Está rejeitado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Quantos rejeitam, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dezesseis.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - O Senhor não fez verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Fiz.

Tem 28 (vinte e oito) Deputados presentes. 27 (vinte e sete) votando, 12 (doze) aprovaram.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Não tem vinte e oito, Senhor Presidente.

Solicito nova verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, solicito uma nova chamada nominal para dirimir a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para dirimir a dúvida, Vossa Excelência diz que não tem 28 Deputados em Plenário, vamos proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita nova chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 26 (vinte e seis) Senhores Deputados.

**Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.**

Sobre a mesa, Requerimento n° 1477, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1463, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1462, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

A Mesa lembra que amanhã estaremos discutindo e votando a criação da COPAGÁS.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - V. Exa. informou que amanhã estará na Ordem do Dia a Mensagem Governamental que cria a COPAGÁS.

Contudo, se não me engano, essa matéria foi retirada por 10 Sessões a pedido do Líder do Governo José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A informação que a Mesa nos passa e que está registrado na capa do projeto, é que ele foi adiado por 3 Sessões.

Portanto, já está com o adiamento vencido, Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°  
520/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°  
114/94,  
e do Projeto de Resolução n° 018/93.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n°  
101/94.

Levanta-se a sessão.